

PROINFO COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL DOCENTE

Ana Carolina de Lima Silva
Aluna do 6º período de Pedagogia
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
carolliimah@gmail.com

Saira Esperanza Vargas Sánchez
Aluna do 6º período de Pedagogia
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
sairavargass@gmail.com

Orientadora: Profª. Mestra Antônia de Araújo Farias
Departamento de Educação
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
antoniaafarias@gmail.com

RESUMO

Atualmente a sociedade está cada vez mais se apropriando do uso das novas tecnologias digitais em todos os âmbitos. Na escola não é diferente. Percebe-se que nesse espaço a necessidade de incorporar as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação-TDIC já faz parte do seu cotidiano. Essa necessidade se impõe como uma condição necessária ao bom desenvolvimento das atividades escolares em geral. Porém, percebe-se que muitos professores apresentam dificuldades para incorporar as TDIC em suas práticas de ensino, tendo em vista que para superá-las necessitam uma mudança de paradigmas educacionais. A necessidade de formação docente em recursos digitais para a educação é, portanto, urgente. O governo tem se empenhando em atender a essa demanda oferecendo programas de formação continuada a professores das escolas públicas. O PROINFO, Programa Nacional de Tecnologia Educacional, é o mais recente oferecido pelo governo federal em parceria com os governos estaduais e municipais. Resta saber se tal programa tem realmente alcançado a inclusão digital dos professores das escolas públicas, condição necessária para implementar práticas de ensino mais atualizadas. Para se ter uma maior aproximação dessa realidade foi planejada uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental sobre os alcances do ProInfo com relação à inclusão digital dos docentes no Brasil. O presente artigo tem como objetivo expor alguns dos resultados encontrados no estudo realizado. Os materiais utilizados foram os documentos emitidos pelo governo federal propondo formação continuada para professores das escolas públicas incorporarem em sua prática docente novas tecnologias; artigos produzidos a partir de experiências em vários estados do Brasil com

o ProInfo e estudos

teórico-críticos sobre o assunto. Autores como: Andrade (1996); Bonilla (2011); De Luca (2004); Tavares (2001); Tependino (2004) são contemplados nessa discussão sobre a Informática Educacional. Ao final da pesquisa, percebeu-se que a tentativa do governo brasileiro de incluir novas tecnologias na educação está registrada desde os anos noventa. Porém, ao longo do tempo, os programas foram se aprimorando e novas incorporações e preocupações foram adicionadas. Tem-se como principal preocupação hoje não apenas a inclusão de novas tecnologias mas a própria inclusão digital dos educadores na sociedade da informação. Essa ampliação de objetivos desencadeou a melhoria da formação docente, destacando-se como política educacional mais incisiva o programa ProInfo. Mas o que se pode perceber é que o programa nem sempre logra essa inclusão. Vários fatores impedem desde as dificuldades individuais dos docentes até as dificuldades macro estruturais da sociedade. Quanto aos teóricos do assunto, uns se fixam na ideia de que a inclusão digital depende dos próprios professores e outros sugerem que os problemas da inclusão digital docente estão além dos professores. O que se pode concluir através do presente trabalho é que há fatores de ordem pessoal e social que impedem um êxito mais satisfatório por parte do alcance dos objetivos de qualquer programa. É aconselhável, portanto, ao justificar o êxito ou a falta de êxito dos programas em geral, analisar cuidadosamente quais os fatores reais intervenientes e tentar solucionar os problemas que provocam e que impedem o sucesso de tais programas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. PROINFO. Formação Docente. Inclusão Digital.